



### **Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

Estes sítios arqueológicos são ainda pouco conhecidos, por ausência de pesquisas científicas sobre a pré-história local.

A ação desbravadora dos bandeirantes ocasionou a expulsão de várias tribos indígenas da região. Estes índios se deslocaram para os estados de Goiás e Mato Grosso. Posteriormente, a região passou a receber mais habitantes que se tornaram seus primeiros posseiros.

A colonização tem sua origem nas terras das fazendas pertencentes a José Martins Lameu e seus irmãos, oriundos de Goiás, que se estabeleceram como proprietários rurais na região. Foi fundado, então, o povoado denominado “Arraial da Farinha Podre”. Em 22 de setembro de 1931, o fazendeiro José Martins Lameu fez a doação em escritura Pública de um patrimônio de terras de 06 alqueires à Igreja e desta doação originou o primeiro nome da vila que estava nascendo: Patrimônio de São Jerônimo, em reverência especial ao Santo Padroeiro (São Jerônimo).

Em 1932 foram tomadas medidas para construção do prédio da escola pública e, em 1935, iniciou-se a construção da Igreja Católica. A consagração deste templo, localizado na praça principal da cidade, foi realizada em setembro de 1943 pelo Bispo Diocesano de Uberaba, Dom Alexandre Gonçalves do Amaral.

A Vila de São Jerônimo foi levada a Distrito de Ituiutaba em 31 de Dezembro de 1943, no mandato do prefeito Dr. Jaime Veloso Memberg através do Decreto Lei n ° 1.058 com o nome de Gurinhatã, que em linguagem indígena, no entender de Joaquim Ribeiro Costa, na sua “Toponímia de Minas Gerais” vem a ser “GUIR – ENHÊ – ATÁ”, “AVE QUE CANTA LINDO” e no entender do historiador Dr. Idelweis Teixeira, “PEQUENO PÁSSARO AZUL, e para outros” SANHAÇOS AZUL “.

Em 30 de dezembro de 1962, Gurinhatã foi emancipado através da Lei 2764 e desmembrado do município de Ituiutaba, mantendo-se o nome atual.



Figura 2 – Imagem da Igreja de São Jerônimo. Fonte: Acesso ao site [www.férias.tur.br](http://www.férias.tur.br).  
Fotógrafo: Elias José Martins

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**  
**V – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE**  
**PATRIMÔNIO CULTURAL**

De acordo com a documentação analisada pelo setor técnico da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, verificou-se que o Município de Gurinhatã:

- Informou que não possuía legislação referente à proteção do Patrimônio Cultural, porém em pesquisa realizada no dia 28 de julho de 2011 na Diretoria de Promoção do IEPHA que gerencia o ICMS Cultural dos municípios mineiros, verificou-se que foi encaminhada a Lei Municipal Nº 906 de 03 de setembro de 2007 que dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio cultural do município.
- O município possui um conjunto paisagístico tombado, em nível municipal, denominado Conjunto das Praças Adalardo Muniz Borges e José Martins Lameu.
- De acordo com pesquisa realizada no dia 28 de julho de 2011, verificamos que o referido município possui fichas de inventário dos seguintes bens culturais:

- 1) Praça Adalardo Muniz Borges
- 2) Praça José Martins Lameu
- 3) Prefeitura Municipal
- 4) Antiga Padaria
- 5) Sobrado dos Andrauss
- 6) Centro Espírita
- 7) Sino
- 8) São Jerônimo ( imagem)
- 9) Nossa Senhora Aparecida (imagem)
- 10) Fogão de cozinha
- 11) Chicote
- 12) Banco
- 13) Igreja de São Jerônimo

- Segundo as informações prestadas pela Prefeitura Municipal, existem alguns bens que são merecedores de maior proteção. São eles: o imóvel da Prefeitura Municipal, os sítios arqueológicos e espeleológicos e as antigas fazendas da região. É objeto de estudo a Lenda do Pássaro Azul, que se enquadra na categoria de patrimônio imaterial.
- De acordo com pesquisa realizada no dia 28 de julho de 2011 na Diretoria de Promoção do IEPHA que gerencia o ICMS Cultural dos municípios mineiros, verificamos que o Município de Gurinhatã possui ações em prol da Educação Patrimonial , um dos projetos executados foi o “Preservar é Preciso”.

Conforme análise das respostas encaminhadas pela Prefeitura de Gurinhatã, podemos verificar que o município **não comprovou a existência de:**

### **Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

- Lei Municipal que institui o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural – FUMPAC, mas ao ofício<sup>3</sup> encaminhado para análise do Ministério Público de Minas Gerais informou que possuía o referido Fundo, embora não exista uma conta bancária específica.
- Plano Diretor elaborado e aprovado.

## **VI - O DEVER DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL PELO MUNICÍPIO GURINHATÃ**

### **1 – Poder Público Municipal:**

Cabe ao Poder Público Municipal promover a proteção e legislar sobre o patrimônio cultural, dentro da área sob sua administração, editando legislação própria e observando a legislação Estadual e Federal. Sendo assim, o Município de Gurinhatã pode e deve elaborar lei própria de proteção ao patrimônio cultural<sup>4</sup>. Dentre as leis necessárias para proteção do patrimônio local, deve-se instituir por Lei o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, o qual possui funções consultivas e deliberativas.

O órgão de proteção do patrimônio cultural (Conselho Municipal de Patrimônio Cultural) deve decidir, juntamente com a comunidade, quais os bens culturais do Município de Gurinhatã possuem relevância cultural que determinam sua proteção. Nesse sentido, o inventário, que é um instrumento legal de proteção do patrimônio cultural, deve ser utilizado como procedimento de análise e compreensão do acervo cultural local.

A proteção e a preservação dos bens culturais protegidos são de responsabilidade do Poder Público, com colaboração da comunidade, conforme a Constituição Federal:

*Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*

*I – as formas de expressão;*

*II – os modos de criar, fazer e viver;*

*III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;*

*IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;*

*V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.*

*§ 1º – O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.*

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> De acordo com a Carta de Goiânia, a atividade do Poder Público na proteção, preservação e promoção do Patrimônio Cultural, é vinculada, e não discricionária, sob pena de responsabilização.

## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Segundo definição do IEPHA/MG (Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), bem cultural compreende todo testemunho do homem e seu meio, apreciado em si mesmo, sem estabelecer limitações derivadas de sua propriedade, uso, antiguidade ou valor econômico. Os bens culturais podem ser divididos em três categorias: bens naturais, bens materiais e bens imateriais.

### 2 - Mecanismos de Preservação do Patrimônio Cultural

As Cartas Patrimoniais<sup>5</sup> reafirmaram o inventário como forma de proteção e recomendaram na sua execução, a participação da comunidade e a sua disponibilização para o público.

A Declaração de Amsterdã<sup>6</sup> recomendou organizar o inventário das construções, dos conjuntos arquitetônicos e dos sítios, alertando que os inventários fossem largamente difundidos, a fim de chamar a sua atenção para as construções e zonas dignas de serem protegidas.

Além disso, de acordo com a Carta de Petrópolis<sup>7</sup> a realização do inventário com a participação da comunidade proporciona não apenas a obtenção do conhecimento do valor por ela atribuído ao patrimônio, mas, também, o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio.

De acordo com MIRANDA<sup>8</sup> deve-se buscar o princípio da participação popular na proteção do patrimônio cultural, pois este princípio:

*“(...) expressa a idéia de que para a resolução dos problemas atinentes a tal área deve ser dada especial ênfase à cooperação entre o Estado e a sociedade, por meio da participação dos diferentes grupos sociais na formulação e na execução da política de preservação dos bens culturais.”*

A partir do conhecimento dos bens culturais, alcançados por meio do inventário, torna-se possível analisar qual a melhor e a mais efetiva ação de proteção para um acervo ou para um determinado bem (tombamento, conservação, restauração, valorização, vigilância, dentre outras ações). Toda cidade, seja antiga ou nova, tem importância histórica e cultural, sendo que a partir do momento em que ela passa a existir, começa a configuração da história daquela comunidade<sup>9</sup>, por isso a necessidade em ser elaborado o inventário de Gurinhã.

<sup>5</sup> As cartas patrimoniais foram desenvolvidas em épocas diferentes com o objetivo de direcionar ações sobre os bens culturais de todo o mundo.

<sup>6</sup> Adotada pelo Comitê dos Ministros do Conselho da Europa, em 26 de setembro de 1975, a Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico foi solenemente promulgada no Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu, realizado em Amsterdã, de 21 a 25 de outubro de 1975.

<sup>7</sup> Carta Patrimonial elaborada no 1º seminário brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos, em 1987.

<sup>8</sup> MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Tutela do patrimônio cultural brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, pág. 39.

<sup>9</sup> Como exemplo, podemos citar Brasília, que é uma cidade nova e é tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e também listada como Patrimônio da Humanidade.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

#### 3 - Benefícios advindos com a implementação de uma Política Municipal de proteção ao Patrimônio Cultural de Gurinhatã.

O patrimônio cultural está cada vez mais ameaçado de destruição não somente pelas causas tradicionais de degradação, mas pela vida social e econômica que a agrava através de fenômenos de alteração ou de destruição, ainda mais sensíveis. O desaparecimento ou a degradação do patrimônio cultural constitui no empobrecimento do patrimônio municipal, e conseqüentemente o estadual e federal.

Percebe-se que a partir da proteção do patrimônio cultural local é possível ter uma qualidade de vida melhor e determinar seu crescimento harmonioso, fundado na continuidade da tradição e da identidade cultural. O patrimônio cultural cultivado na comunidade local um sentimento de auto-estima e o exercício da cidadania.

Minas Gerais foi o primeiro estado a adotar uma Lei Estadual que estabelece políticas de proteção aos bens culturais locais, usando recursos do ICMS<sup>10</sup>. Desde 1996, o IEPHA/MG passou a fixar as formas de atuação dos municípios<sup>11</sup> quanto ao patrimônio cultural por meio de Resoluções e de Deliberações Normativas anuais, estabelecidas pelo IEPHA/MG e aprovadas pelo seu Conselho Curador. A finalidade desse incentivo é estimular cada município a desenvolver uma política de preservação do patrimônio histórico e cultural local, em contrapartida a prefeitura recebe repasse financeiro por essa iniciativa. Servem de base para pontuação nos repasse de recursos do ICMS alguns itens como criação de uma lei municipal de patrimônio cultural, programas de educação patrimonial (a cidade também deve criar o seu conselho municipal do patrimônio cultural), bens culturais tombados, elaboração de inventário de proteção ao acervo cultural, além de ações de proteção (investimentos em bens e manifestações culturais).

Há também o Fundo Estadual de Incentivo à Cultura, que é um instrumento de apoio, a ser somado a outros mecanismos de financiamento existente em Minas Gerais. Ele destina-se àqueles projetos que, tradicionalmente, encontram maiores dificuldades de captação de recursos no mercado. O seu objetivo é o de estimular o desenvolvimento cultural nas diversas regiões do Estado, com foco prioritário para o interior. Desde a criação, em 2006, vários projetos já foram aprovados. Para inscrever seus projetos, os empreendedores culturais devem aguardar a abertura do edital, que acontece anualmente, e enviar projetos formatados de acordo com as especificidades do edital.

O proprietário do bem cultural tombado pode se beneficiar com incentivos fiscais. O desconto de IPTU para os bens tombados, a partir de leis específicas, é uma boa contrapartida que beneficia a manutenção da propriedade particular em prol da preservação do referido bem. Outro dispositivo em prol da preservação, é a Transferência do Direito de Construir<sup>12</sup> que é um instrumento de fundamental importância para a preservação e deverá fazer parte do Plano Diretor. Além disso, salientamos que a gestão do patrimônio cultural lhe dará retornos econômicos<sup>13</sup> e culturais<sup>14</sup> que os municípios podem vir a ter com políticas de preservação do patrimônio arquitetônico, escorados sobretudo nos possíveis ganhos com o turismo. O

<sup>10</sup> Há incentivos fiscais na área cultural que estabelecem uma dedução nos impostos devidos. Os incentivos fiscais mais utilizados e conhecidos são a Lei Rouanet e a Lei Estadual de Incentivos à Cultura.

<sup>11</sup> Para alguns municípios mineiros os valores recebidos através do ICMS Patrimônio Cultural representam uma parcela significativa do que lhes é repassado anualmente como cota-parte do ICMS.

<sup>12</sup> A Transferência do Direito de Construir confere ao proprietário de um lote a possibilidade de exercer seu potencial construtivo em outro lote, ou de vendê-lo a outro proprietário.

<sup>13</sup> O turismo gera para a população local a criação de empregos e movimentação da renda local.

### **Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

Turismo Cultural é uma realidade para muitos municípios mineiros que tem o interesse em buscar o desenvolvimento de forma sustentável e agregar mais valor a sua cidade. Ao valorizar as manifestações culturais, folclóricas, artesanais e a arquitetura da cidade, o Turismo Cultural melhora a auto-estima da população local.

A identidade de um local o torna singular em vários aspectos e esses podem, por sua vez, funcionar como atrativos turísticos. De acordo com Maria Cristina Rocha Simão<sup>15</sup>:

*“O processo de desvalorização do passado e das referências da memória pelo qual passou o homem moderno (...) impôs à sociedade um enorme desconhecimento de sua história. (...). A população, na maioria das vezes, desconhece o valor de seus bens e ainda não compreende as possibilidades que o turismo oferece.”*

É necessário conhecer e valorizar o patrimônio cultural local. A preservação do patrimônio e da cultura de determinado local constitui o fundamento da atividade turística, que deve ser compreendida, portanto como colaboradora para a consolidação de políticas de preservação, uma vez que é a manutenção e proteção de elementos e bens culturais que caracterizam o “potencial turístico” das cidades.

### **VII - CONCLUSÕES E SUGESTÕES:**

Sendo assim, verifica-se que o Município de Gurinhatã pode e deve adotar uma série de medidas objetivando a continuação da gestão e preservação do seu patrimônio cultural.

Concluimos que a proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural do Município deve ser uma inclusão dentro das políticas públicas do Município para a valorização e preservação da história da cidade.

O Manifesto de Amsterdã<sup>16</sup> prevê: “Importa, portanto, conservar vivos os testemunhos de todas as épocas e de todas as experimentações”.E “Os poderes locais, aos quais compete a maioria das decisões importantes em matéria de planejamento, são todos particularmente responsáveis pela proteção do patrimônio arquitetônico e devem ajudar-se mutuamente através da troca de idéias e de informações.”

Como Kevin Lynch<sup>17</sup> afirma, não percebemos a cidade como um todo, mas partes dela com as quais o cidadão se identifica ou estabelece algum vínculo. Esta percepção fragmentada permite o surgimento de marcos, cartões postais, elementos que se destacam física e afetivamente do conjunto da cidade, formando sua identidade.

Minas Gerais possui um rico patrimônio histórico e cultural, seja da arquitetura, do artesanato, da música, das festas religiosas, das igrejas e santuários, das obras de arte, seja dos documentos, e ainda das grutas e cachoeiras, dos rios e montanhas, dos bens imateriais, como

<sup>14</sup> Enriquecimento cultural que propicia o contato entre os mais diversos tipos de pessoas, e o conhecimento da história local.

<sup>15</sup> SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do Patrimônio Cultural em cidades. 1ª edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

<sup>16</sup> Adotada pelo Comitê dos Ministros do Conselho da Europa, em 26 de setembro de 1975, a Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico foi solenemente promulgada no Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu, realizado em Amsterdã, de 21 a 25 de outubro de 1975.

<sup>17</sup> Bacharel em planejamento de cidades no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (ITM) (*Massachusetts Institute of Technology (MIT)*) em 1947. Lynch promoveu diversas contribuições ao campo urbanístico através de pesquisas empíricas em como os indivíduos observam, percebem e transitam no espaço urbano.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

o queijo, os doces, as famosas quitandas, dentre outros exemplos. Sugere-se a pesquisa e valorização do patrimônio cultural do município de Gurinhatã. Uma medida inicial sugerida é a leitura do livro: “Mestres e Conselheiros: Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural”<sup>18</sup>. O IEPHA, por meio da Diretoria de Promoção, presta apoio à qualificação dos agentes do patrimônio cultural.

O patrimônio histórico-cultural é a soma dos bens culturais de um povo. Zelar pela conservação e promoção desse valioso patrimônio é função do Poder Público e da própria sociedade, conforme dita a Constituição Federal. E, por isso, a importância da atuação do Ministério Público na defesa desses bens, como guardião dos direitos da coletividade, entre eles a proteção dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagismo.

### Medidas para a melhoria da Política Municipal de Patrimônio Cultural

- A continuação de uma Política Municipal do Patrimônio Cultural, a fim de promover a proteção e a promoção do patrimônio cultural da cidade, contemplando os diversos instrumentos e órgãos de defesa e promoção do patrimônio cultural (tais como registros, inventários, tombamento, gestão documental, poder de polícia, educação patrimonial e funcionamento do Conselho e do Fundo Municipal de Patrimônio Cultural).
- Sugere-se que seja feito o aprofundamento das pesquisas do patrimônio cultural da cidade, incluindo no Plano de Inventário os sítios arqueológicos, espeleológicos e as antigas fazendas da região. É importante que a referida pesquisa seja realizada por meio de profissionais habilitados através de documentos antigos, fotografias que caracterizam os bens culturais tanto material quanto imaterial (representações fotográficas de festas religiosas, dentre outras), história oral, e outros mecanismos de pesquisa para a identificação e valorização dos bens culturais.



Figuras 3 e 4- Imagem 3 referente à Fazenda Mansinha e imagem 4 referente à Fazenda Joana Silva. Fonte: Plano de Inventário do município de Gurinhatã

- **Promover gestão compartilhada** para as ações de revitalização e proteção cultural tendo em vista a responsabilidade solidária entre os órgãos públicos, proprietários e comunidade.

<sup>18</sup> Org. MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel e ASKAR, Jorge Abdo. Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

- **Dar continuidade ao projeto de educação patrimonial, seguindo as diretrizes do IEPHA. Que seja desenvolvido junto às escolas públicas e particulares existentes no Município de Gurinhatã, incluindo publicação de cartilhas.** A Educação Patrimonial deve ser adotada como uma nova dimensão, a de que sua prática não é mais acessória, mas sim alicerce para uma política efetiva de preservação do patrimônio cultural mineiro calcada no compartilhamento, na comunhão de idéias, percepções e soluções para a questão da preservação da memória e da vida cultural do patrimônio cultural do Município de Gurinhatã. **É necessário que a comunidade de Gurinhatã tenha o conhecimento básico sobre a preservação do seu patrimônio. Por meio de oficinas, palestras educativas, trabalhos escolares com o objetivo de aprofundar conhecimento dos bens culturais locais (história da cidade de Gurinhatã), dentre outras atividades que possam gerar conhecimento dos conceitos básicos sobre o patrimônio cultural de Gurinhatã.**
- **Elaboração de um plano funcional para implementação do turismo, inclusive com a devida sinalização turística pra identificar a localização dos bens culturais do Município de Gurinhatã.**
- **Elaborar e aprovar o Plano Diretor, atendendo ao que é determinado pelas Resoluções do Conselho das Cidades. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana presta apoio para a elaboração e revisão dos Planos Diretores.**

São essas as considerações do Setor Técnico desta Promotoria, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2011.

Neise Mendes Duarte

Analista do Ministério Público- Historiadora- MAMP 5011

Karol Ramos Medes Guimarães

Analista do Ministério Público – Historiadora – MAMP 3785